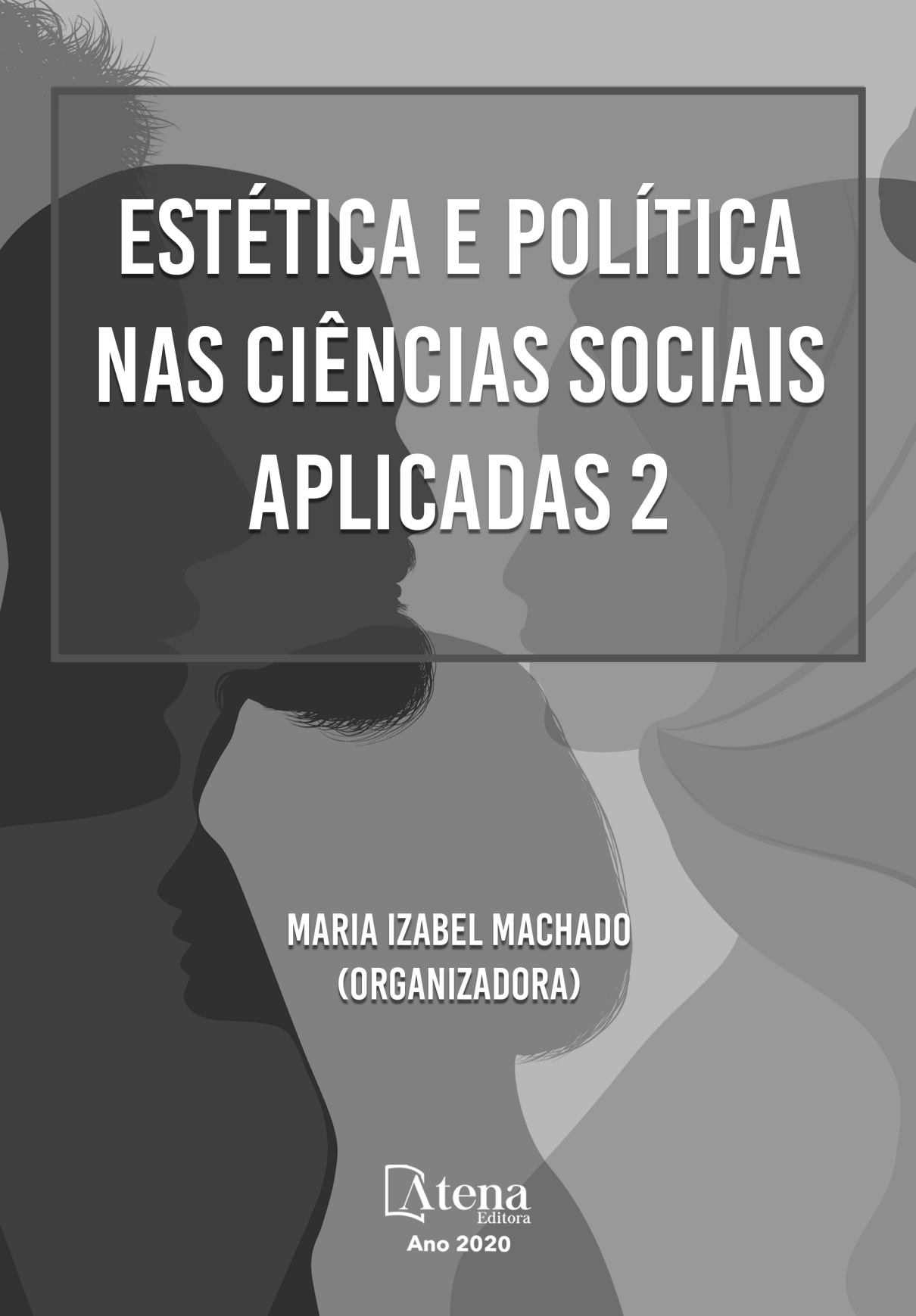


ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

**MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)**

 **Atena**
Editora

Ano 2020



ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

**MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E79 Estética e política nas ciências sociais aplicadas 2 /
Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-597-6

DOI 10.22533/at.ed.976201811

1. Ciências Sociais Aplicadas. 2. Estética. 3. Política. I.
Machado, Maria Izabel (Organizadora). II. Título.

CDD 300

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A obra “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas 2” tem como foco principal apresentar discussões, debates e análises que transitam entre representações, modos de vida, urbanidade e análises socioeconômicas.

O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que transitam nos vários caminhos da análise de mídias à estudos de viabilidade empresarial.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país, contando ainda com uma colaboração internacional. Em comum aos trabalhos temos a linha condutora de pensar caminhos possíveis no direito, na vida urbana, na viabilidade econômica de empresas e medias cidades.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo diálogo interdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas.

Deste modo a obra “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas 2” apresenta um conjunto interessante de capítulos que contaram com diferentes abordagens metodológicas e um amplo panorama teórico conceitual, oportunizando ainda aos leitores um passeio pelas diversas instituições aqui representadas por seus autores e autoras. Convido então, cada um e cada uma a esse passeio pelas páginas e seus conteúdos.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DA ABORDAGEM MÍDIÁTICA DO MASSACRE DA CANDELÁRIA

Gisele Ferreira Kravicz

DOI 10.22533/at.ed.9762018111

CAPÍTULO 2..... 10

O CAMPO RELIGIOSO: A IGREJA CATÓLICA E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA REPRESENTAÇÃO

Gisele Ferreira Kravicz

DOI 10.22533/at.ed.9762018112

CAPÍTULO 3..... 21

O CAMPO PEDAGÓGICO E OS SUJEITOS DO ENSINO JURÍDICO: NOVOS PERCURSOS PEDAGÓGICOS PARA O CURSO DE DIREITO

Ana Cristina Tomasini

DOI 10.22533/at.ed.9762018113

CAPÍTULO 4..... 32

GASTRONOMIA TÍPICA: IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS POTENCIAIS PARA BUSCA DE REGISTRO EM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IGS)

Fátima Regina Zan

Juliana Rose Jasper

Rosângela Oliveira Soares

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Alice Leoti Silva

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.9762018114

CAPÍTULO 5..... 42

CONTROLE E ENRAIZAMENTO SOCIAL DA VIDA ECONÔMICA NA ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS/RJ: UMA ABORDAGEM À LUZ DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Diná Andrade Lima Ramos

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.9762018115

CAPÍTULO 6..... 60

TENDÊNCIAS RECENTES DOS ESTUDOS DE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO NA MICRORREGIÃO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, CONGONHAS-MINAS GERAIS

Mariza Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9762018116

CAPÍTULO 7..... 75

ANÁLISIS CORRELACIONAL ENTRE MIGRACIONES, VALORES Y ESTILOS DE VIDA

Víctor Renobell Santaren

Silvia Fuentes de Frutos

DOI 10.22533/at.ed.9762018117

CAPÍTULO 8..... 93

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL

Geovana Aparecida Pires Chagas

Jucilene Nazaré

Elizangela Aparecida Scarpim

João Francisco Morozini

DOI 10.22533/at.ed.9762018118

SOBRE A ORGANIZADORA..... 106

ÍNDICE REMISSIVO..... 107

CAPÍTULO 2

O CAMPO RELIGIOSO: A IGREJA CATÓLICA E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA REPRESENTAÇÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Gisele Ferreira Kravicz

RESUMO: O objetivo do presente artigo é compreender os elementos presentes no campo religioso, enfocando a Igreja Católica, a partir das discussões propostas por Bourdieu (bens simbólicos) e Goffman (representações), realizando uma análise sobre a formação do campo religioso e as representações que permeiam este campo. Deste modo o presente artigo tem como pressuposto a pesquisa qualitativa, realizamos um referencial bibliográfico referente as discussões dos autores: Bourdieu e Goffman e alguns artigos que estão diretamente relacionados a temática. Conclui-se, neste artigo, que o campo religioso onde se insere a Igreja Católica ainda mantém uma legitimidade. A representação, enquanto um mecanismo de atuação possibilita manter as relações de poder, naturalizando e reforçando estas relações.

PALAVRAS - CHAVE: Igreja Católica, bens simbólicos e representação.

ABSTRACT: The objective of this article is to understand the elements present in the religious field, focusing on the Catholic Church, from the discussions proposed by Bourdieu (symbolic goods) and Goffman (representations), carrying out an analysis on the formation of the religious field and the representations that permeate this field. In this way, this article is based on qualitative

research, we still carry out a bibliographic reference referring to the authors' discussions: Bourdieu and Goffman and some articles that are directly related to the theme. It is concluded, in this article, that the religious field where the Catholic Church is inserted still maintains a legitimacy. Representation, as a mechanism of action, makes it possible to maintain power relations, naturalizing and reinforcing these relations.

KEYWORDS: Catholic Church, symbolic goods and representation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender os elementos presentes no campo religioso, delimitamos como fenômeno de estudo a Igreja Católica, a qual ainda detém o maior número de fiéis no país.

A Igreja Católica, no Brasil está interligada com a própria história do país, desde o descobrimento com a vinda dos jesuítas, mantendo uma hegemonia religiosa seja na agregação de fiéis como na imposição de toda uma estrutura organizacional da constituição do país como uma religião predominante. Para Isaia a partir do século XX “[...] a igreja católica ainda mantinha viva a leitura da história brasileira, cuja meta narrativa marcava a ascendência do catolicismo e de um construído português ‘branco e civilizado’” (2009, p. 96).

Além disso, no Brasil houve uma proliferação de novas religiões a partir da década de 50, a Igreja Católica não se adaptou as

transformações presentes na sociedade, contribuindo para que parte dos fiéis buscassem novas segmentações religiosas. Nesta relação que perpassa uma violência simbólica, conforme Isaia:

[...] perpetuada pelo catolicismo pré-conciliar à "guerra santa" movida pelos neopentecostais de hoje, o que se vê é a persistência da afirmação de um projeto identitário totalmente antagônico com nossa formação histórica e com a realidade do Brasil de hoje. Fomos ou somos um país católico? Somos hoje um país evangélico? Somos o maior país espírita do mundo? Afinal qual é o peso da religião na formação do "ethos" cultural brasileiro na atualidade? (2009, p. 98-99).

É o que mostra o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresentou recentemente dados sobre a diminuição do número de católicos e aumento do número de evangélicos. O Brasil continua sendo a nação com o maior número de católicos do mundo, porém conforme expõe a Revista Veja:

[...] a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhão de fiéis, um encolhimento de 12,2%. [...] A tendência de redução dos católicos e de expansão das correntes evangélicas era algo esperado. Mas pela primeira vez o Censo detecta uma queda em números absolutos. Antes do levantamento de 2010, o quadro era apenas de crescimento de católicos em ritmo cada vez menor. Mantida essa tendência, em no máximo 30 anos católicos e evangélicos estarão empatados em tamanho na população. Os números mostram uma redução acentuada de poder da Igreja Católica no país nas últimas décadas: a mudança foi lenta entre 1872 e 1970, com perda de 7,9% de participação no total da população ao longo de quase um século; e tornou-se acelerada nos últimos 20 anos, quando a retração foi de 22% (Revista Veja, 29 de junho de 2012).

É a partir destas discussões que buscamos neste artigo compreender como o campo religioso se torna uma estrutura estruturada e estruturante de uma determinada realidade. Questionamo-nos quais são os determinantes que perpassam o campo religioso da Igreja Católica? Como os elementos presente na representação podem contribuir para apreender as relações de poder da Igreja? Focalizaremos respectivamente, a discussão no valor dos bens simbólicos de Bourdieu (1996) e a representação a partir da análise de Goffman (1985). Não pretendemos analisar neste artigo as intenções subjetivas dos fiéis para as pretensões que os motivam a frequentar uma determinada Igreja, porém é fundamental conceber a particularidade de cada sujeito, sua história e todo o processo de socialização e dos atravessamentos culturais que perpassa as relações sociais. Entretanto, é fundamental compreender as relações de poder que perpassam o campo religioso, enquanto um elemento presente na sociedade. Enfatizamos que os aspectos que serão abordados podem ser passíveis como objeto de estudo a qualquer outra religião.

1 | A FORMAÇÃO DOS CAMPOS

A partir da modernidade, temos como pressuposto de que a teoria dos campos possibilitam compreender as estruturas sociais, conforme expõe Esteves:

[...] constitui uma proposta original de compreensão das estruturas sociais; originalidade em termos de virtualidades analíticas e, também, da sua origem recente na história do pensamento sociológico: nela é marcante a preocupação de encontrar respostas para problemas e necessidades de conhecimento específicas das sociedades contemporâneas (? , p. 112).

Deste modo, a teoria dos campos se insere nas características da modernidade, sendo: a progressiva individualização e a autonomia dos campos sociais. Entretanto, conforme ressalta Esteves a teoria dos campos sociais encontra um tênue limite com aquilo que é temporal, cuja característica não procede da modernidade em uma gama de aspectos e na própria organização da sociedade.

Além disso, a organização da sociedade tem como base uma série de campos sociais, tornando-se possível a partir das intensas transformações culturais que impulsionou a descentralização das imagens do mundo. Conforme, expõe Esteves, este processo permeia a relação da religião como estatuto da religião na sociedade tradicional, desencadeado pelo movimento de secularização e também do movimento em que perpassam diferentes esferas culturais, dotadas de valor e que colaboraram para a resolução dos problemas cotidianos. Portanto “[...] a religião deixa de poder assumir-se como a <<verdade>> sobre o conjunto dos problemas do mundo e da vida” (ESTEVES, ?, p. 114).

Neste sentido, o processo de modernidade impulsiona a separação da Igreja e do Estado, fomentando um processo de racionalização a partir de diferentes formas de conceber o mundo e a realidade. Caberia a igreja, apenas as funções de caridade, comunicação espiritual e das reflexões teológicas. A religião passa por um processo de secularização interna, a medida que o pensamento religioso não pode ser imposto de forma autoritária, mas sim torna-se um produto posto no mercado. As relações da religião com a sociedade também perpassam por transformações, uma vez que: “[...] a religião deixou de garantir por sua exclusiva conta tanto a integração social como a reprodução cultural” (ESTEVES, ?, p. 116). Pois o pensamento religioso não pode mais ser mantido como uma visão única diretamente a sociedade, coagindo o sentido cultural, delimitando o que deve ser pensado e aceito pela sociedade se estabelecendo um limiar do pensamento moderno entre o que é ético-normativo e a linguagem.

Compreendemos a partir desta questão que embora o processo de desenvolvimento social não esteja condicionado restritamente ao mundo religioso, o desenvolvimento social acaba por ser influenciado pelas possibilidades que foram criadas ao nível das representações coletivas que organizam a sociedade. Para Esteves, a consciência coletiva “[...] tem como referencia uma nova cosmovisão, constituída por uma pluralidade de

universos simbólicos profanizados” (? , p. 117).

Portanto, uma das peculiaridades da modernidade é o processo de racionalização social, a qual está estritamente ligada a racionalidade das estruturas simbólicas. Em conjunto com a racionalização cultural, fomentando as objetivações institucionais contribuiu com as implicações ao modelo de organização social, a partir da diferenciação dos universos simbólicos e das diferentes esferas sociais.

Neste contexto que a estabilidade do passado não garante mais sua perpetuação no presente e tampouco num futuro próximo. O mundo encontra-se em constantes transformações, a complexidade das organizações em conjunto com as atribuições que se encontram os sujeitos, impõe que a tradição, de acordo com Esteves:

[...] já não é uma referência segura e indiscutível das condutas dos indivíduos: ao fatalismo do destino sucede o imperativo de seleccionar e fazer escolhas – cada um é confrontado com a necessidade da *decisão* e com a imponderabilidade do *juízo*, que exigem o domínio de uma competência (? , p. 119).

Neste sentido, que a formação dos campos se torna possível a partir de uma gama de organização e diferenciação da atividade humana. Constituí a partir de uma estrutura e de um determinado nível da atividade presente na sociedade. Este campo é ao mesmo tempo *estruturas estruturadas* e *estruturantes*. Para Esteves: “[...] a estrutura social e o devir social são inseparáveis, a dinâmica dos campos sociais define ao mesmo tempo uma determinada estrutura e os factores de sua variação” (? , p. 134).

Portanto, a principal função dos campos sociais é de ser um espaço social de interação, sendo um produto da realidade cotidiana e desempenhando um papel de ligação entre os homens, fomentando a construção de uma sociedade e a sua absoluta interdependência entre os sujeitos.

O processo de interdependência entre os sujeitos ganham sentido a partir das figurações sociais, a medida que estas figurações sociais são tecidos de interdependência que forma um elo entre a relação dos sujeito com outros sujeitos. As figurações são históricas, isto é, existe em um determinado tempo e espaço, sendo próprio do processo civilizatório do homem. Outra característica é que as mesmas adquirem uma nova significação no desenvolvimento da dinâmica interna presente nas relações. Assim, podemos ter instituições antigas, mas com uma nova forma de estabelecer as relações na sociedade.

É o caso da religião, que embora seja uma instituição histórica é amplamente difundida na sociedade, perpassando não apenas uma unicidade (enquanto entidade), mas uma variedade de segmentações no campo religioso. De acordo com Serafim e Andrade, a Igreja surge:

[...] como produto da institucionalização e da burocratização da seita profética e apresenta inúmeras características de uma burocracia: delimitação explícita das áreas de competência e hierarquização regulamentada das funções, com a racionalização correlata das remunerações, das nomeações, das promoções e das carreiras, codificação das regras que regem a atividade profissional e a vida extraprofissional, racionalização dos instrumentos de trabalho, como o dogma e a liturgia, e da formação profissional (2009, p. 06).

Outra apreensão enfocada por Bourdieu está na análise de que a Igreja é uma empresa, inserida na economia pré-capitalista, a qual é:

[...] fundada na recusa do econômico, está mergulhada em um universo no qual, com a generalização das trocas monetárias, a procura da maximização do lucro tornou-se o princípio da maior parte das práticas cotidianas, de modo que qualquer agente – religioso ou não religioso – tende a avaliar em dinheiro, ainda que implicitamente, o valor de seu trabalho e de seu tempo (1996, 183).

Deste modo, a objetivação de que a Igreja é uma empresa está na própria negação que faz de assumir-se como tal.

Podemos compreender que o interesse dos sujeitos a ser adepto a uma prática religiosa tem como pressuposto reforçar o poder de legitimação sobre as propriedades materiais e simbólicas que representa. Deste modo, a religião não apenas confere uma redenção para os problemas existenciais, mas também pode vir a justificar a posição social que o sujeito ocupa em um determinado contexto social. Pois, as questões como: “[...] salvação, mal, morte, sofrimento, são produzidas e manipuladas através de diferentes métodos, o que só se torna viável a partir de um tipo determinado de condições materiais de existência” (SERAFIM e ANDRADE, 2009, p. 03).

Além disso, a partir dos bens simbólicos podemos compreender de que formas estas trocas simbólicas entre a Igreja e os sujeitos são realizados, a partir do pressuposto de que este universo em que emergem os bens simbólicos situa-se desde o processo de socialização dos sujeitos o qual é instituído desde a infância. Para Bourdieu:

Quando esquecemos que quem dá e quem recebe estão preparados e inclinados, por todo um trabalho de socialização, a entrar sem intenção nem cálculo de lucro na troca generosa, cuja lógica se impõe a eles objetivamente, podemos concluir que a dádiva gratuita não existe, ou que é impossível [...] (1996, p. 161-162).

Deste modo, podemos verificar estas implicações no discurso ofertado pela Igreja, a recompensa será sempre divina. Conforme expõe Bourdieu para que a troca simbólica funcione é necessário que ambos os sujeitos tenham as mesmas perspectivas de percepção e avaliação semelhantes. A aceitação mediante ao discurso pronunciado pela Igreja, supõe que há uma partilha entre os sujeitos (representante da igreja e os que a frequentam) a partir deste contexto é exercido o poder e sua legitimidade advém da cumplicidade daqueles que se sujeitam a esta dominação.

Outra questão importante que podemos pontuar está na relação estabelecida sobre o discurso da igreja, que perpassa inevitavelmente o posicionamento de uma ordem social por meio dos valores e da linguagem da recusa. O eufemismo, de acordo com Bourdieu é “[...] o que nos permite dizer tudo, dizendo que não o dizemos; o que permite nomear o inominável, isto é, em uma economia de bens simbólicos, o econômico, no sentido usual do termo, o ‘toma lá, dá cá’” (1996, p. 165). Além disso, é por meio do discurso apresentado pelo sacerdote que verificamos as máximas condensadas a partir dos princípios bíblicos em torno de como os sujeitos devem pensar e agir dentro da sociedade, para Bourdieu:

Não se espera dos agentes sociais que eles conformem perfeitamente, mas sim que eles ajam em conformidade, que mostrem sinais visíveis de que, se pudessem, respeitariam as regras (e assim que entendo a máxima ‘a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude’).

A figura do sacerdote como representante legítimo da igreja e de toda a obra espiritual expõe os atos simbólicos a medida que estes atos são de conhecimento e reconhecimento. O valor dos atos simbólicos está dimensionado na constituição do grupo, isto é, dos sujeitos que frequentam estes espaços. A dominação simbólica, somente pode ser exercida em conformidade com o reconhecimento e dos princípios oriundos daqueles que os exercem. Portanto, a figura do sacerdote e a relação que este estabelece com os seus fieis impõe a “[...] transformação do poder em carisma ou em encanto adequado à suscitar um encantamento afetivo [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 170). É plausível este pressuposto a medida que vemos cotidianamente nos meios midiáticos o “sucesso” que alguns padres adquirem seja no meio musical ou no rebanhamento de uma grande quantidade de pessoas as igrejas. Tudo isto é possível a medida o ato simbólico realiza de acordo com Bourdieu uma espécie de eficácia mágica, realizado por um trabalho anterior invisível, isto é:

[...] em todo caso, esquecido, recalçado, tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão de obediência (1996, p. 170-171).

O aspecto econômico é amplamente abordado por Bourdieu na atribuição da Igreja ser uma empresa religiosa e na sua recusa de se afirmar como tal. A comparativa máxima deste autor está na analogia que realiza dos vários aspectos presente na composição da Igreja. Desde a difícil denominação dos sujeitos que circulam nestes espaços (bispos, padres e a hierarquia interna) até os sujeitos que mantém laços estreitos com a Igreja de servir e colaborar para a sua manutenção. Para estes sujeitos, o trabalho realizado pela Igreja, não é um “ofício” e sim um serviço divino. Compreende-se que o sagrado embriaga todo discurso em defesa da legitimidade do campo. A transfiguração verbal, nesta relação de eufemismo, significa que “[...] para poder fazer o que se faz, acreditando (se) que não se faz, é preciso dizer (se) que se faz outra coisa, diferente da que se faz, é preciso fazê-la

dizendo (se) que não a estamos fazendo, como se não a fizéssemos” (BOURDIEU, 1996, p. 187).

Além da negação de ser uma empresa, Bourdieu também reforça que a Igreja se autodenomina como uma grande família. Esta aproximação as relações familiares, impõe toda uma estrutura que condiciona os sujeitos a aceitarem subjetivamente que fazem parte de um todo, de um grupo, de uma família. O que torna toda esta estrutura uma entidade católica é que existe “[...] um maestro que incorporou profundamente essa espécie de disposição católica, uma linguagem e um modo muito especial de gerir as relações entre as pessoas” (BOURDIEU, 1996, p. 188). Além disso, fica clara na perspectiva de Bourdieu que a intenção da Igreja é mascarar as suas intenções econômicas por meio do tratamento empregado aos membros que a compõem denominando os mesmos de irmãos.

Essa dualidade presente no discurso religioso da negação do aspecto econômico aliado a linguagem eufemística impõe uma dependência dos sujeitos que frequentam, e portanto, que estão submetidos as relações de poder, pois:

Essa duplicidade estrutural, que leva a estratégias de duplo efeito – permitindo acumular o ganho religioso o ganho econômico – e de linguagem dúplice, poderia ser uma das invariantes do personagem do representante (padre, delegado, homem político) de uma Igreja ou de um partido (BOURDIEU, 1996, p. 190).

1.1 A representação enquanto relação de poder

Para aprofundarmos a análise em torno do campo religioso e de sua representatividade simbólica, trataremos de alguns elementos específicos da representação, enfocando a atuação de personagens que representam determinados papéis sociais, utilizaremos Goffman para referenciar as discussões.

Partimos da compreensão que na Igreja há uma representação de papéis, seja do padre responsável pela Igreja como dos sujeitos que a frequentam, nesta dinâmica, existe a definição de um papel social o qual pode ser definido como:

[...] a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas (GOFFMAN, 1985, p. 24).

A representação, deste modo, supõe sempre que o ator representa, neste caso o sacerdote, ocasione uma série de impressões nos sujeitos, pois parte do pressuposto da “[...] própria crença do indivíduo na impressão de realidade que tenta dar àqueles entre os quais se encontra” (GOFFMAN, 1985, p. 25).

Para Goffman, a representação enfocada pelo ator pode ser denominada de duas formas: cínico e o “sincero”. O cínico pode ser apreendido a partir do ato de enganar

seu público, julgando ser o bem destes ou da comunidade em geral. Já o “sincero” são aqueles que acreditam na impressão criada por sua representação. Estas duas formas podem ao mesmo tempo se condensarem, tornando os sujeitos ao mesmo tempo crentes e não crentes no papel que representam. No caso da Igreja, a qual também é formada por sujeitos suscetíveis a qualquer necessidade humana e social, e portanto, independente do cargo que ocupe na hierarquia religiosa, a representação pode, muitas vezes, ocultar sua personalidade. Esta ocultação pode ser condicionada pelos padrões sociais como também pelo próprio campo que ocupa. Pois:

As profissões que o público considera com temor religioso frequentemente permitem que seus recrutas sigam o ciclo nesta direção. Muitas vezes os recrutas o seguirão nessa direção não por causa de uma compreensão lenta de estarem iludindo seu público – porquanto pelos padrões sociais comuns suas pretensões bem podem ser válidas – mas porque podem se servir deste cinismo como meio de isolarem sua personalidade íntima do contato com o público. E podemos esperar mesmo encontrar típicas carreiras de fé, começando o indivíduo com um tipo de envolvimento pela representação que deve fazer, oscilando em seguida para trás e para diante várias vezes entre sinceridade e cinismo, antes de completar todas as fases e pontos de inflexão na crença a seu respeito, para uma pessoa de sua condição (GOFFMAN, 1985, p. 28).

Outros apontamentos abordados por Goffman na representação refere-se a fachada, a qual pode ser definida como “[...] o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Ainda fazem parte deste contexto o cenário, a Igreja, enquanto um elemento que oferece proteção aos atores e que impõe momentaneamente uma relação sagrada. Deste modo, estes dois elementos interagem no processo de representação. A fachada em conjunto com o cenário, no campo religioso, supõe apreender o processo de ritualização como expressões de suas características. A figura masculina, o vestuário sacerdotal, os ritos, as atitudes, a gesticulação corporal e a linguagem, dentre outros elementos. O cenário, por sua vez impõe sempre um ambiente sagrado, utilizando-se dos elementos sacros como a cruz, imagens de santos, o altar e a disposição do espaço destinado aos fiéis, a plateia. Todo este contexto colabora para a representação. Entretanto na fachada pessoal existem dois estímulos diferentes: a “aparência” e “maneira”. A “aparência” determina o status social do ator, enquanto a “maneira” sinaliza o momento para nos informar sobre o papel da interação que o ator espera desempenhar mediante uma dada situação. Estes dois estímulos supõe que de “[...] as diferenças de situações sociais entre os participantes sejam expressas de algum modo por diferenças congruentes nas indicações dadas de um papel de interação esperado” (GOFFMAN, 1985, p. 31). Entretanto, a “aparência” e a “maneira” também podem possuir contradições, a medida que o ator pode assemelhar com a plateia ou o inverso sobrepondo a ela.

A intenção principal de focar estes elementos é observar que as práticas

empregadas pelos atores, podem tornar a fachada social institucionalizada, legitimando formas estereotipadas e efetivando-se como uma representação coletiva. A Igreja, a partir do papel estabelecido, supõe que uma determinada fachada já foi construída para que este papel se efetive. Para Goffman, a representação “[...] é ‘socializada’, moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada” (1985, p. 40).

Além disso, a representação também perpassa um modelo idealizado, a Igreja historicamente instituiu modelos de idealização que não apenas se relaciona com a sua atuação dentro do campo religioso, mas também circula entre nas diversas esferas da sociedade, seja pela pregação de uma moral cristã como também na idealização de como os sujeitos devem pensar e agir dentro da sociedade. Portanto:

[...] quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (GOFFMAN, 1985, p. 41).

A partir da constituição de uma dada idealização fornecida pela representação, que a mobilidade social pode nos fornecer outro aspecto para a compreensão, pois ao mesmo tempo em que estratifica os sujeitos perante a sociedade, tornam-se familiarizados determinadas representações colaborando para a condição de um *status*.

O ator que representa determinado papel faz perante algumas expressões a partir de um padrão idealizado. Caso não se enquadre ao que foi idealizado, o mesmo terá que ser ocultado, conforme expõe Goffman:

[...] um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles. Quando tal conduta imprópria é em certo sentido satisfatória com muitas vezes acontece, verifica-se então comumente que o indivíduo se entrega a ela secretamente; desse modo o ator pode abster-se do bolo e comê-lo também (1985, p. 46).

A partir deste pressuposto focado por Goffman, podemos analisar alguns aspectos levantados por Bourdieu ao referir-se ao a negação dos bens materiais. Um dos votos feitos pelos sacerdotes está a pobreza. Porém, na atualidade os sacerdotes recebem um determinado salário para o pagamento de suas despesas pessoais. Este recurso econômico é oriundo do arrecadamento feito pela diocese local e também pela paróquia, a qual também realiza outros investimentos: manutenção da moradia e o fornecimento de um automóvel para o deslocamento do sacerdote. Deste modo, observamos que a representação idealizada de um voto de pobreza perpassa o imaginário social. Enquanto por outro lado possibilita que os representantes da Igreja tenham um grau de estabilidade econômica e social com a prerrogativa de ser uma forma de garantir a manutenção e a continuidade da obra religiosa.

Outro aspecto que podemos ressaltar e que permeia o pensamento religioso, refere-se a idealização do papel que deve assumir, neste caso da Igreja são as vocações, espécie de um desejo intrínseco nos sujeitos que aspiram seguir uma carreira religiosa. As vocações são frequentemente associadas a um dom, atribuído a divindade que arrebanha para si os eleitos. Para Goffman:

[...] encontramos com frequência atores que alimentam a impressão de ter motivos ideais para assumir o papel que estão representando, que possuem as qualificações ideais para o papel, e que não precisam sofrer quaisquer indignidades, insultos e humilhações, ou fazer 'acordos' tácitos para conseguilo (1985, p. 50).

Assim, a idealização de que a vocação é inata nos membros da Igreja, impõe exclusivamente uma relação sagrada de que: “nasceram para servir”. Além disso, existe um aparato que possibilita preservar este pensamento sempre latente: o papel do coroinha, os seminários, as congregações, a Igreja Católica e o público: os fiéis.

O público tem um papel fundamental na dinâmica da representação. Desde em garantir o reforço do papel apresentado pelo ator, como também em manter uma crença subjetiva de que o ator é aquilo que representa. Quando observamos a atuação de um sacerdote, verificamos que “[...] o indivíduo garante que aqueles diante dos quais desempenha um de seus papéis não serão as mesmas pessoas para as quais representará um outro papel num ambiente diferente” (GOFFMAN, 1985, p. 52). É importante enfatizar que qualquer membro da Igreja, é uma pessoa humana, sujeita a qualquer necessidade e anseios humanos. Entretanto, para os fiéis o ideal de assemelhar um sacerdote a um sujeito quase divino e indiferente as necessidades humanas pressupõe colocar estes sujeitos num patamar em que “[...] seu valor profissional visível, como se ele fosse tão-somente o que seu uniforme exige que seja” (GOFFMAN, 1985, p. 52).

Esta idealização quase sagrada e que permeia o imaginário dos fiéis não são isentas de mudanças, pois podem sofrer transformações gradativas a medida que podem não corresponder mais as percepções, pois “[...] devemos estar capacitados para compreender que a impressão de realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contrastes” (GOFFMAN, 1985, 58).

Outro aspecto da relação entre o ator e seu público, isto é, do sacerdote com seus fiéis, está na crença da unicidade seja no tratamento com o público como na abordagem a cada evento realizado. Entretanto, ocultam-se, seja para o ator como para o público de que a natureza da representação é rotineira. Pelo ato da repetição do ritual, possibilita o reforço do que é apresentado, e portanto, incutido e naturalizado ao público como verdade.

Portanto, compreendemos que o ato da representação possuem diferentes formas de se fazer ver e crer perante a sociedade são:

[...] um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada. Representado com facilidade ou falta de jeito, com consciência ou não, com malícia ou boa-fé, nem por isso deixa de ser algo que deva ser encenado e retratado e que precise ser realizado (GOFFMAN, 1985, p. 74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões suscitadas neste artigo foram orientadas por dois questionamentos: quais são os determinantes que perpassam o campo religioso da Igreja Católica? Como os elementos presente na representação podem contribuir para apreender as relações de poder da Igreja?

Utilizamos a partir do pensamento de Bourdieu e Goffman para compreender alguns aspectos pertinentes a atuação da Igreja Católica. A igreja embora tenha perdido deste a modernidade sua soberania nas decisões do Estado e da sociedade ainda mantém um certo espaço de atuação e legitimação do seu campo, seja como um bem simbólico como também um ato de representações. A diminuição do número de adeptos ao catolicismo no Brasil, não pode ser inferida a questões unilaterais, mas sim pelas transformações sociais, econômicas, culturais e das tecnologias. A Igreja ainda permanece alheia aos processos de atravessamentos existentes na sociedade, embora tenha molecularmente investido contra para aproximar os fiéis.

Deste modo, o presente artigo buscou lançar um olhar delimitando a instituição Igreja e aproximando-o do ato da representação, a qual possibilita compreender a dinâmica que ocorre as relações sociais e também as relações de poder que podem se fazer presentes neste ato.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. **O IBGE e a religião – Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,4%; evangélicos já são 22,2%**. Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao-%E2%80%93-cristaos-sao-868-do-brasil-catolicos-caem-para-646-evangelicos-ja-sao-222/>. Acesso em 29 de junho de 2012.

BOURDIEU, P. **A economia dos bens simbólicos**. In: Razões Práticas, Campinas: Papyrus, 1996.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ISAIA, A. C. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. In: **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, n. 3, Jan. 2009

SERAFIM, V. F; ANDRADE, S. R. O conceito de campo religioso e o estudo das religiões africanas no Brasil. In: Anais do II Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá: Paraná, 2009. Disponível em:< <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em 12 de junho de 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 10, 1, 3, 4, 5, 6, 7

B

Bens Simbólicos 10, 11, 14, 15, 20

C

Campos Sociais 12, 13

Candelária 10, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9

Catolicismo 10, 11, 20

Cidade Região 68

Comportamento 3, 18, 45, 46, 47, 54

Conflito 43, 44, 50, 52, 53

Contabilidade 104, 105

D

Direito 9, 10, 2, 3, 5, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 42

E

ECA 3, 4, 6

Empresa Religiosa 15

Ensino-Aprendizagem 23, 26, 27, 29, 31, 106

Ensino jurídico 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Escala de Urbanização 60, 62

Estilo de vida 76, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 88, 89, 90

G

Gastronomia 10, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41

Gastronomia Regional 32, 33

Geografia Urbana 60

Gestão Financeira 93

Gestão Social 42, 44, 56, 57, 58, 59

I

Igreja Católica 10, 10, 11, 19, 20

Indicação Geográfica 10, 32, 36, 37, 41

L

Legitimidade 10, 14, 15, 51

Liquidez 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104

M

Metropolização 10, 60, 64

Mídia 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9

Migrações 66

P

Periurbanização 60, 62, 63, 68, 69

Práticas Pedagógicas 27

R

Recursos Produtivos 42, 43

Rentabilidade 93, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104

Representação 10, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 37, 58

Rurbanização 65, 66, 67, 68

T

Território 33, 35, 37, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70

Turismo 5, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59

U

Urbanização 50, 53, 60, 62, 67, 68, 69, 70

V

Violência Contra Crianças 10, 1, 7

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 